



VISÃO

ESTRATÉGICA MILITAR

2026–2034



FORÇAS ARMADAS
PORTUGAL



VISÃO
ESTRATÉGICA MILITAR
2026-2034

NOTA DE ABERTURA

Os primeiros 25 anos do Século XXI evidenciaram reiteradamente a necessidade de umas Forças Armadas prontas, credíveis e tecnologicamente avançadas, capazes de atuar em ambientes operacionais cada vez mais exigentes. Esta situação implica um reforço sustentado das capacidades militares e um ajustamento progressivo dos efetivos militares, em linha com as exigências de defesa e os compromissos internacionais assumidos por Portugal.



A evolução tecnológica, especialmente nos domínios da inteligência artificial, robótica, manufatura aditiva, análise e fusão de dados e ciberdefesa, está a redefinir profundamente a condução das operações militares. A integração destas capacidades em sistemas de comando e controlo resilientes, interoperáveis e seguros será decisiva para assegurar vantagem operacional, em operações multidomínio, garantindo a superioridade na tomada de decisão.

Não obstante a evolução da tecnologia, o fator humano continua a ser um vetor central de eficácia militar. A formação, motivação e retenção de recursos humanos distintamente qualificados tornam-se, assim, prioridades estratégicas. É fundamental garantir não só a atração de novos talentos, mas também a preservação do conhecimento acumulado, evitando a sua perda e assegurando a continuidade nas fileiras de militares com competências críticas, adquiridas com anos de experiência.

Neste enquadramento, a construção de capacidades militares deve ser vista segundo um novo PRISMA e assentar numa visão integrada e orientada para o longo prazo, numa perspetiva prospetiva que antecipe a evolução das ameaças e das tecnologias, sob pena de os meios adquiridos se tornarem rapidamente desajustados face às exigências operacionais. Importa, portanto, reconhecer que o investimento em defesa, no presente, é um fator determinante para salvaguardar a capacidade operacional futura.

João Cartaxo Alves

General

Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	05
01. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	09
02. MISSÃO E VALOR DAS FORÇAS ARMADAS	13
03. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	17
04. VETORES ESTRATÉGICOS DE TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	21
P essoas	25
R ecursos e Sustentação	29
I novação e Tecnologia	33
S uperioridade Operacional	37
M odernização de Capacidades	43
A lianças e Integração	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51



01

**ENQUADRAMENTO
ESTRATÉGICO**

O ambiente estratégico internacional caracteriza-se pela instabilidade crescente, pela intensificação da rivalidade entre grandes potências e pela reconfiguração das formas de conflito. A invasão da Ucrânia pela Rússia evidenciou o regresso da guerra convencional de alta intensidade ao espaço europeu, enquanto a escalada de tensões no Médio Oriente revelou vulnerabilidades adicionais na segurança das rotas energéticas e na proliferação de ameaças híbridas. Estes desenvolvimentos têm vindo a alterar a perceção de risco global, exigindo uma adaptação contínua das políticas de defesa.



Para além das dimensões física e ambiental, o contexto estratégico evidencia uma crescente preponderância dos domínios digital e informacional. Os ciberataques dirigidos a infraestruturas críticas, sistemas de comunicação e redes governamentais representam uma ameaça significativa, podendo comprometer o funcionamento do Estado e degradar a capacidade operacional das Forças Armadas. Em simultâneo, a disseminação de desinformação, a contrainformação e a condução de operações de influência contribuem para a erosão da coesão social e para a distorção da realidade e dos processos de decisão.

Neste quadro, a capacidade operacional e a interoperabilidade com aliados estratégicos assumem-se como pilares essenciais da postura nacional de defesa. A cooperação internacional, particularmente no âmbito de alianças e parcerias multilaterais, permite a realização de operações conjuntas e combinadas, a partilha estruturada de informação, o desenvolvimento de treino integrado e a normalização de procedimentos.

Os conflitos recentes demonstram que a ação eficaz num domínio operacional depende crescentemente da informação, da liberdade de ação e dos efeitos gerados nos restantes domínios, o que torna obsoletas abordagens compartimentadas das capacidades militares.

A capacidade de conduzir operações multidomínio, assente na integração coordenada e sincronizada de capacidades terrestres, marítimas, aéreas, no ciberespaço e espaço, com o apoio da indústria, do conhecimento científico e de outros atores não militares na adaptação e desenvolvimento de armamento e equipamento, assume-se como um grande desafio ao qual os países e os seus cidadãos, civis e militares, necessitam de se adaptar.

Atendendo à sua posição geoestratégica no espaço atlântico, bem como às alianças e parcerias que integra, Portugal deve prosseguir um processo sustentado de modernização das suas Forças Armadas, orientado para o desenvolvimento de capacidades que considerem a geografia portuguesa e as suas responsabilidades no espaço Euro-Atlântico. Tal implica a integração de sistemas avançados de comando e controlo, vigilância e comunicações, o reforço de plataformas aéreas e navais, bem como o desenvolvimento de competências no domínio do ciberespaço, assegurando, assim, uma atuação coordenada e eficaz.

Deste modo, Portugal assegura que às suas Forças Armadas se mantêm aptas a cumprir as suas missões fundamentais: a defesa do território nacional, a salvaguarda dos interesses estratégicos e a contribuição ativa para a segurança coletiva, afirmando-se como um aliado credível e um ator relevante no espaço atlântico.

As Forças Armadas não se improvisam nem se transformam em ciclos curtos, antes exigem um planeamento de longo prazo, assente na antecipação de ameaças, na continuidade do investimento e na coerência das opções de desenvolvimento de capacidades. A edificação de forças tecnologicamente relevantes e operacionalmente prontas implica tempo, estabilidade e previsibilidade, desde a conceção e aquisição de meios até à formação, treino, sustentação logística e consolidação doutrinária.

A crescente instabilidade e complexidade do ambiente estratégico exigem Forças Armadas prontas, integradas e tecnologicamente evoluídas, capazes de transformar a informação em decisão e a visão estratégica em capacidades operacionais credíveis.



02

**MISSÃO E VALOR DAS
FORÇAS ARMADAS**



As Forças Armadas constituem o instrumento militar do Estado, incumbido de assegurar a defesa da República, a salvaguarda da soberania e a proteção dos interesses estratégicos nacionais. No cumprimento da sua missão, preparam, geram e empregam forças capazes de atuar em todo o espectro das operações militares, garantindo a dissuasão e a resposta pronta e eficaz a ameaças, tanto em território nacional como no quadro das Alianças e compromissos internacionais assumidos por Portugal.

A sua atuação não se circunscreve ao domínio estritamente militar. As Forças Armadas contribuem de forma determinante para a segurança nacional através da vigilância e controlo de espaços estratégicos, na proteção de vidas e bens, na salvaguarda de infraestruturas críticas e da participação na prevenção e na resposta a crises, reforçando a capacidade global de defesa do Estado.

No plano internacional, afirmam-se como um instrumento credível da ação externa portuguesa, contribuindo para a dissuasão e defesa coletiva no âmbito da NATO, para a gestão de crises no contexto da União Europeia e para a promoção da paz e da estabilidade quer sob a égide das Nações Unidas, quer no âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais. Esta atuação consolida a credibilidade externa de Portugal e reforça a sua posição enquanto coprodutor de segurança internacional.

Para além da sua missão primária, as Forças Armadas desempenham igualmente um papel relevante no apoio à sociedade, em particular em situações de emergência ou calamidade. A sua prontidão, organização e capacidade logística tornam as Forças Armadas um elemento essencial no reforço da resposta do Estado e no fortalecimento da resiliência nacional.

Desta forma, o seu valor estratégico decorre não só da capacidade de assegurar presença, dissuasão e resposta, mas também de proteger interesses vitais e de projetar credibilidade externa, traduzindo-se na aptidão para gerar forças prontas e sustentáveis. Este valor resulta da existência formal do instrumento militar, assim como da sua capacidade de produzir efeitos úteis, credíveis e coerentes no tempo. Consequentemente, a relevância estratégica das Forças Armadas mede-se pela qualidade dos seus recursos humanos, pela prontidão dos seus sistemas, pela coerência do modelo de forças e pela capacidade de integração em contextos conjuntos, combinados e multinacionais.

Nesta perspetiva, é primordial que o valor das Forças Armadas seja compreendido e determinante na afetação do investimento na Defesa.



As Forças Armadas são mais do que um instrumento de defesa. São a expressão da vontade nacional de proteger, servir e projetar Portugal com credibilidade, prontidão e compromisso, dentro e além das suas fronteiras.



03
ORIENTAÇÃO
ESTRATÉGICA

A ambição estratégica assenta na edificação de forças resilientes, adaptáveis e permanentemente prontas, capazes de atuar em todo o espectro das operações e de assegurar vantagem operacional através da integração efetiva de capacidades e da exploração superior da informação. Pretende-se um instrumento militar que combine flexibilidade, robustez e capacidade de resposta, apto a enfrentar contextos complexos, incertos e em constante evolução.

Requer-se, assim, uma organização preparada para gerar, sustentar e empregar forças com elevados níveis de prontidão e eficácia, capaz de operar em ambientes de elevada intensidade e com exigências de sustentação prolongada. Implica, igualmente, uma cultura de planeamento rigoroso, treino ajustado e uma avaliação contínua, orientada para a excelência operacional.



O fator humano constitui o elemento central desta transformação. A elevada formação tecnológica, a qualificação contínua, a valorização da condição militar, o reforço da liderança e a retenção de competências críticas são determinantes para garantir eficácia, coesão e credibilidade, assegurando que as Forças Armadas dispõem de recursos humanos aptos e bem preparados para responder aos desafios atuais e futuros.


A modernização tecnológica deve estar plenamente orientada para a geração de capacidade operacional, promovendo a integração de sistemas, a superioridade informacional e a resiliência das redes, potenciando a rapidez e a qualidade da decisão em todos os níveis de comando.

A credibilidade internacional de Portugal requer Forças Armadas interoperáveis, credíveis e prontas a integrar estruturas multinacionais e com capacidade para participar em operações multidomínio, contribuindo de forma ativa para a dissuasão e defesa

coletiva, bem como para a gestão de crises e promoção da estabilidade internacional. Complementarmente, a conectividade, a capacidade de sobrevivência e a letalidade constituem vetores essenciais no desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas, assegurando a integração coerente dos meios e da informação, a resiliência da força em ambientes contestados e a capacidade de gerar efeitos militares decisivos. No seu conjunto, sustentam a credibilidade e a dissuasão, reforçando a eficácia operacional do instrumento militar nacional.

Neste enquadramento, as Forças Armadas devem constituir-se como um instrumento relevante, moderno e eficaz, preparado para responder aos desafios contemporâneos e emergentes, assegurando a defesa dos interesses nacionais e reforçando o contributo de Portugal para a segurança coletiva.

A prossecução desta orientação estratégica exige continuidade, estabilidade no investimento e coerência entre ambição, capacidades e recursos, sendo neste quadro que se estruturam e priorizam os vetores de transformação das Forças Armadas.



As Forças Armadas afirmam-se como um instrumento militar competente quando orientadas por uma liderança focada nas pessoas, onde a excelência, na formação, no ensino superior militar e na saúde constituem a base para a edificação de capacidades militares tecnologicamente evoluídas, credíveis, resilientes e permanentemente prontas ao serviço de Portugal e dos portugueses.



04

**VETORES ESTRATÉGICOS
DE TRANSFORMAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS**



A transformação das Forças Armadas assenta numa visão integrada que articula modernização estrutural, desenvolvimento do capital humano, inovação tecnológica e sustentação de capacidades operacionais. Estes vetores estratégicos constituem eixos prioritários para consolidar uma força militar resiliente, adaptável e capaz de responder de forma eficaz aos desafios nacionais e internacionais.

A modernização estrutural assenta na adequação progressiva das estruturas existentes, na integração de novos conceitos operacionais e na melhoria contínua dos processos, promovendo a racionalização, a eliminação de redundâncias e o reforço da interoperabilidade interna. Visa aperfeiçoar a articulação entre os níveis estratégico, operacional e tático, reforçando a coerência, a prontidão e a eficácia operacional.

O desenvolvimento do capital humano assume-se como um fator crítico de sucesso, exigindo políticas consistentes de recrutamento, formação, qualificação e retenção de pessoal, alinhadas com a crescente sofisticação tecnológica e operacional. A valorização da condição militar, o reforço da liderança e a preservação de competências críticas são essenciais para garantir a coesão, a motivação e a eficácia das Forças Armadas ao longo do tempo, de forma sustentada.

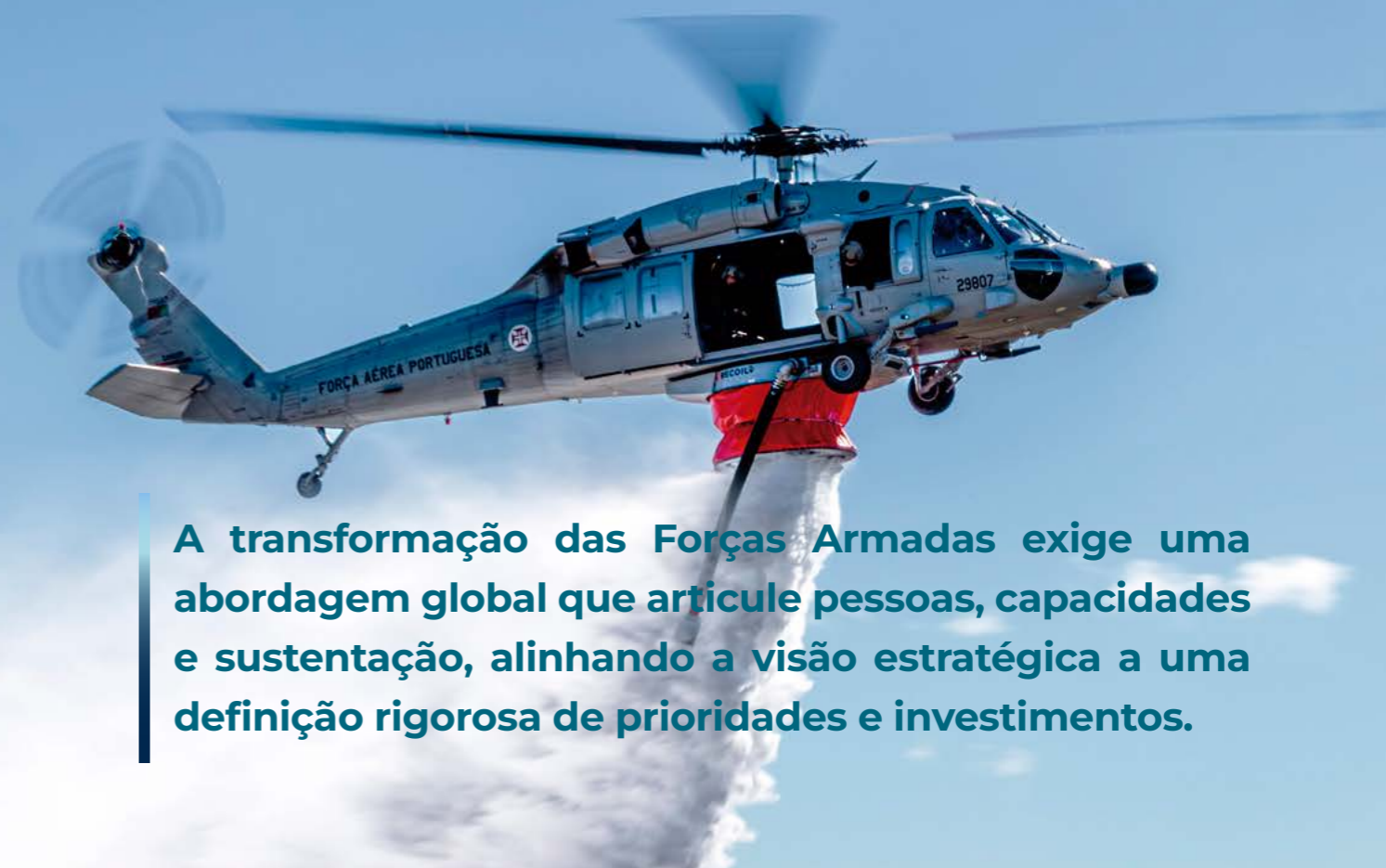
A inovação tecnológica deve ser orientada para a geração de vantagem operacional, promovendo a integração de tecnologias emergentes, a digitalização de processos e a superioridade informacional. A articulação com o sistema científico, tecnológico e industrial nacional deve acelerar a adoção de soluções inovadoras, reforçar a interoperabilidade e reduzir dependências críticas, contribuindo para uma maior autonomia estratégica.

A sustentação das capacidades operacionais é condição indispensável para a credibilidade do instrumento militar, assegurando a prontidão, a disponibilidade e a capacidade de emprego prolongado das forças. Exige uma abordagem integrada que abranja logística, manutenção, infraestruturas e cadeias de abastecimento resilientes, garantindo que as capacidades desenvolvidas se mantêm operacionais e eficazes ao longo de todo o seu ciclo de vida.

A articulação destes vetores estratégicos estabelece os fundamentos de uma transformação sustentada das Forças Armadas, promovendo a prontidão, a eficácia e a relevância da instituição ao longo da próxima década e consolidando a sua capacidade de enfrentar os desafios estratégicos contemporâneos com autonomia, coesão e adaptabilidade.

Neste contexto, o planeamento de forças e a Lei de Programação Militar (LPM) devem constituir instrumentos centrais para a concretização desta transformação, assegurando a tradução coerente da ambição estratégica em capacidades operacionais efetivas.

A definição e o desenvolvimento de capacidades devem assentar numa visão de longo prazo, suportada pela continuidade do investimento, previsibilidade de recursos e articulação entre meios, pessoal, infraestruturas e sustentação. A LPM deve privilegiar investimentos estruturantes que reforcem a prontidão, a interoperabilidade e a resiliência, assegurando que a modernização se traduz em vantagem operacional sustentada e na credibilidade do instrumento militar nacional.



A transformação das Forças Armadas exige uma abordagem global que articule pessoas, capacidades e sustentação, alinhando a visão estratégica a uma definição rigorosa de prioridades e investimentos.



P

PESSOAS

Condição Militar, Recrutamento,
Retenção e Competências

As pessoas constituem o centro de gravidade das Forças Armadas e o principal fator diferenciador da sua eficácia operacional. Num contexto marcado por elevada exigência, complexidade e rápida evolução tecnológica, a capacidade de formar, valorizar, motivar e reter militares qualificados é determinante para assegurar a prontidão e a sustentabilidade do sistema de forças. O desenvolvimento do capital humano deve, por isso, afirmar-se como um vetor estratégico integrado, articulando de forma coerente os processos de recrutamento, formação, valorização e retenção.

A **condição militar** é um valor estruturante do Estado democrático, indissociável da estabilidade e do regular funcionamento das Forças Armadas. Mais do que um estatuto, representa um compromisso solene e partilhado entre o Estado e os cidadãos que envergam, ou envergaram, o uniforme militar, reconhecendo o serviço, a dedicação e a disponibilidade permanente que lhes são exigidos.

A valorização da condição militar assume, por isso, um elevado significado, constituindo um pilar essencial da coesão interna, da motivação dos militares e da eficácia operacional das Forças Armadas, exigindo medidas concretas que reforcem a dignificação da carreira, valorizem o mérito, promovam a equidade e consolidem o sentimento de pertença.



Neste contexto, o apoio social e familiar assume especial relevância por constituir uma dimensão essencial da condição militar e um fator determinante para o bem-estar dos militares e das suas famílias. A sua valorização projeta-se diretamente na estabilidade, na prontidão e na eficácia operacional da força.

O **recrutamento** e, sobretudo, a retenção de pessoal qualificado constituem um desafio estratégico central para as Forças Armadas, num contexto marcado pela crescente concorrência do setor civil, pela evolução das expectativas profissionais e pela escassez de competências especializadas. Esta realidade exige medidas que sejam capazes não apenas de captar talento, mas de criar condições para a sua permanência. Neste quadro, a retenção deve ser assumida como uma prioridade, sustentada em percursos de carreira claros e valorizados, oportunidades de progressão, formação contínua, reconhecimento do mérito e reforço da identidade institucional.

A capacidade de **reter recursos humanos** é fulcral para a sustentabilidade de longo

prazo das Forças Armadas, na medida em que assegura a continuidade das competências críticas, a transmissão do conhecimento e a renovação geracional indispensável à prontidão e eficácia operacionais. A erosão continuada de efetivos compromete a resiliência institucional e fragiliza a sustentação das capacidades militares. Por isso, só uma abordagem coerente, integrada e sustentada permitirá preservar recursos estruturantes e essenciais, garantindo que as Forças Armadas mantenham, no tempo, os níveis de competência, motivação e capacidade operacional necessários para responder aos desafios presentes e futuros.

A valorização do conhecimento e das **competências** impõe a modernização contínua dos sistemas de formação militar, numa lógica de aprendizagem ao longo da carreira. Esta deve integrar o recurso sistemático a tecnologias avançadas, como a simulação e a atualização permanente de conteúdos e metodologias. Por sua vez, a articulação com o sistema científico e académico, nacional e internacional, reforça a produção de conhecimento aplicado à Defesa, promove a interoperabilidade e contribui para o reconhecimento externo da qualificação adquirida no contexto militar.

O Ensino Superior Militar assume, neste âmbito, um papel estruturante na formação de Oficiais e Sargentos capazes de exercer funções de liderança em contextos de elevada incerteza e complexidade. A preparação destes quadros deve combinar sólido conhecimento científico, pensamento crítico, competências de liderança e elevada capacidade de decisão. A crescente sofisticação dos cenários operacionais exige níveis de qualificação cada vez mais elevados, com particular ênfase nas áreas digital e na operação e integração de sistemas complexos e disruptivos.

Em paralelo, os modelos formativos devem assegurar uma preparação integral do militar, integrando as dimensões física, cognitiva e emocional do desempenho. A gestão do stress, a tomada de decisão sob pressão, a resiliência psicológica e a adaptação a contextos adversos constituem componentes essenciais da formação para o garante de uma força mais preparada, equilibrada e capaz de responder às exigências operacionais do presente e do futuro.

Projetamos as Forças Armadas do futuro através da valorização de quem serve hoje, transformando o conhecimento e a resiliência dos militares num pilar estratégico fundamental para o cumprimento das missões.



R

RECURSOS E SUSTENTAÇÃO

Saúde, Logística e Resiliência

A eficácia das operações militares contemporâneas assenta numa articulação estreita entre três vetores fundamentais: a Saúde, que assegura a disponibilidade, a proteção e o bem-estar do efetivo; a Logística, que garante a sustentação dos meios e o apoio necessário ao emprego da força; e a Resiliência, que reforça a capacidade de adaptação, resistência e recuperação perante situações adversas.

A **Saúde Militar** deve ser entendida numa perspetiva holística, não apenas como uma função de apoio, mas como uma verdadeira capacidade operacional multiplicadora de força, integrando de forma consistente a saúde operacional, orientada para o apoio direto às forças em missão, a saúde assistencial, centrada no tratamento e reabilitação, e a saúde pública militar, na resposta a ameaças específicas, de natureza Nuclear, Radiológica, Biológica e Química.

Esta abordagem exige a evolução para um modelo de gestão e de financiamento mais adequado às exigências, orientado para uma utilização mais eficiente dos recursos materiais e humanos, maior autonomia de gestão e maior flexibilidade de resposta, sem comprometer a qualidade dos cuidados nem a sustentabilidade do Sistema de Saúde Militar.



Face a estes desafios, impõe-se uma modernização planeada e estruturada das unidades de saúde militar, sustentada num investimento contínuo e estruturado em infraestruturas, tecnologias e capacidades de resposta rápida a emergências e eventos extremos, bem como uma resposta eficaz em ambiente operacional, incluindo capacidades de evacuação médica, medicina de catástrofe e apoio psicológico.

A **Logística**, por sua vez, desempenha um papel central em todo este processo, devendo assentar numa abordagem integrada do ciclo de vida dos sistemas de armas, que articule de forma coerente a manutenção, o apoio logístico, a gestão de sobressalentes e a atualização tecnológica, assegurando a continuidade da disponibilidade dos sistemas, a eficiência do seu emprego e a sustentabilidade da capacidade operacional ao longo do tempo.

No plano operacional, esta capacidade traduz-se na sustentação eficaz de forças terrestres projetadas, na permanência prolongada de meios navais no mar e na continuidade das operações aéreas, mesmo em contextos de pressão elevada sobre os sistemas e recursos

disponíveis. Neste sentido, a logística assume um papel estruturante na definição das prioridades das Forças Armadas, superando a tendência para privilegiar a aquisição de capacidades em detrimento da sua disponibilidade efetiva, manutenção e capacidade de emprego continuado.

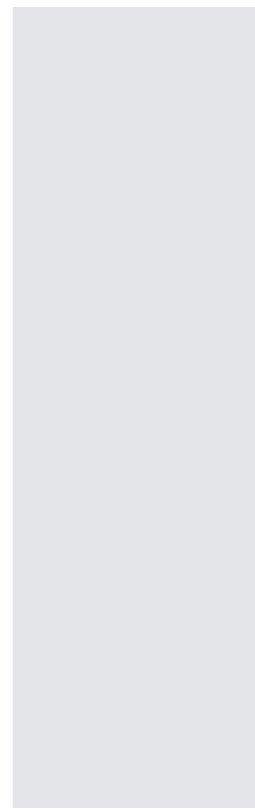
A reposição e manutenção de níveis adequados de stocks de armamento, munições e consumíveis críticos constituem um fator determinante da resiliência operacional e da credibilidade do sistema de forças. A experiência recente de conflitos de elevada intensidade demonstrou que a disponibilidade sustentada destes recursos é uma condição essencial para assegurar a continuidade das operações, a capacidade de resposta prolongada e a liberdade de ação em cenários de elevada pressão logística. O planeamento e a programação destes stocks devem integrar-se numa lógica de longo prazo, articulada com a base industrial de defesa, com os compromissos aliados e os instrumentos de programação da Defesa, mitigando e prevendo ruturas críticas que possam condicionar o emprego da força.

A **Resiliência**, enquanto vetor transversal, reforça a capacidade do sistema de forças para resistir, adaptar-se e recuperar face a situações adversas.

Num contexto marcado pela intensificação de fenómenos climáticos extremos, pela crescente vulnerabilidade de infraestruturas críticas e pela complexidade das crises contemporâneas, torna-se essencial garantir a capacidade de operar em ambientes degradados e de assegurar a continuidade de funcionamento em cenários de elevada exigência. A resiliência não deve, por isso, ser encarada como um elemento acessório, mas como uma condição indispensável à sustentação da ação militar e à credibilidade do instrumento militar no seu todo.

Investir em capacidades sem assegurar, em paralelo, a sua sustentação logística, sanitária e infraestrutural compromete a utilidade do investimento e fragiliza a prontidão global do sistema de forças. A programação deve, assim, refletir uma lógica de ciclo de vida completa, em que a edificação, a manutenção, a modernização e o apoio operacional se encontrem articulados desde a origem.

A eficácia das operações militares contemporâneas assenta na integração da Saúde Militar, da Logística e da Resiliência como vetores estruturantes da prontidão, sustentação e continuidade da ação militar.



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Tecnologias Emergentes, Ciberespaço e Espaço



A rápida aceleração do desenvolvimento tecnológico está a transformar de forma profunda o ambiente operacional, influenciando o modo como as operações militares são planeadas, conduzidas e sustentadas. Num contexto de crescente complexidade e competição estratégica, a superioridade militar dependerá, cada vez mais, da capacidade de identificar, integrar e explorar **tecnologias emergentes** de forma coerente com as necessidades operacionais e com os objetivos estratégicos nacionais.

A vantagem operacional resulta, em grande medida, da capacidade de transformar informação em decisão e decisão em ação com maior rapidez, precisão e eficácia do que os nossos “potenciais inimigos”. As arquiteturas digitais, as redes resilientes e a integração eficaz entre sensores, sistemas de comando e controlo, decisores e sistemas de armas constituem a base da superioridade informacional e da capacidade de operar de forma integrada.

A Inteligência Artificial e a análise avançada de dados, em convergência com a robótica e os sistemas autónomos, são determinantes para acelerar os ciclos de decisão e aumentar a eficácia operacional em ambientes multidomínio. A manufatura aditiva reforça a resiliência logística e a autonomia operacional, ao viabilizar capacidades de produção distribuída, flexível e adaptada às exigências do teatro de operações. Em paralelo, o desenvolvimento das tecnologias quânticas, com impacto esperado na computação e nas comunicações seguras, assume relevância estratégica, com implicações diretas na superioridade informacional e na ciberdefesa.

O domínio do **ciberespaço** e do **espaço** assume cada vez mais um carácter crítico. A proteção das redes, dos sistemas de comando e controlo e das infraestruturas críticas é condição essencial para garantir a liberdade de ação e a continuidade das operações. Em paralelo, os ativos espaciais sustentam funções vitais como as comunicações, a navegação, a vigilância e o apoio à decisão, constituindo um multiplicador fundamental de capacidades e um fator determinante da eficácia operacional.

A incorporação tecnológica exige modelos de governação robustos, investimento continuado no capital humano e uma articulação estreita com o sistema científico, tecnológico e industrial. A inovação deve assumir um carácter transversal, integrando o planeamento, o treino, a experimentação e o desenvolvimento de capacidades, assegurando a coerência entre a evolução tecnológica e as exigências operacionais reais.

A Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional desempenha, neste contexto, um papel decisivo, contribuindo para o reforço da autonomia estratégica, a sustentabilidade das capacidades militares e a capacidade de adaptação face à rápida evolução do ambiente operacional e tecnológico. A cooperação com o tecido industrial e académico constitui, assim, um fator crítico para a inovação e para a criação de soluções com aplicação operacional efetiva.

Para além da vertente tecnológica, a inovação implica uma transformação organizacional e cultural, promovendo a experimentação, o pensamento adaptativo e a redução do intervalo entre o desenvolvimento e o emprego operacional das novas capacidades. A transformação digital assume, neste âmbito, um vetor estruturante, permitindo reforçar a conectividade, a interoperabilidade, a fusão da informação, a integração de sistemas e a eficiência dos processos de planeamento, comando e apoio.

A tecnologia, por si só, não gera vantagem operacional. Esta só se concretiza quando a inovação é plenamente integrada no treino, na logística, na sustentação e no emprego das forças, contribuindo de forma efetiva para a eficácia, para a sobrevivência e para a prontidão operacional.

A programação da modernização das Forças Armadas deve assegurar, portanto, uma abordagem coerente e integrada, alinhando inovação, aquisição e emprego operacional. Importa evitar abordagens fragmentadas ou excessivamente centradas em plataformas, privilegiando soluções que reforcem a integração, a flexibilidade e a capacidade de adaptação do instrumento militar aos desafios do presente e do futuro.

A capacidade de transformar conhecimento em soluções aplicáveis, de forma contínua e sustentada, será determinante para reforçar a adaptabilidade, a eficiência e a relevância das Forças Armadas.



SUPERIORIDADE OPERACIONAL

Prontidão, Emprego e Multidomínio

A superioridade operacional constitui o objetivo central do **emprego** das Forças Armadas, traduzindo-se na capacidade de gerar, projetar e sustentar forças de forma coordenada, eficaz e adaptável, em todo o espectro das operações.

A edificação de uma arquitetura **multidomínio** deve afirmar-se como prioridade estratégica, assegurando a integração e sincronização de efeitos nos domínios terrestre, marítimo, aéreo, ciber e espacial. Esta integração exige sistemas de comando e controlo resilientes, interoperáveis e baseados em rede, com elevada conectividade, capazes de operar em ambientes degradados, sob contestação e com elevada pressão sobre os ciclos de decisão. A superioridade informacional assume um papel determinante, permitindo uma consciência situacional contínua e integrada. O reforço das capacidades de informações, vigilância e reconhecimento, bem como a exploração do espectro eletromagnético e a proteção do ciberespaço, são condições essenciais para garantir liberdade de ação.

O Atlântico, enquanto eixo fundamental das ligações transatlânticas e espaço crítico para as linhas de comunicação marítimas, infraestruturas submarinas, mobilidade de forças e fluxos energéticos, exige uma postura credível de vigilância, dissuasão e defesa. Neste contexto, Portugal deve afirmar-se como um ator relevante, com uma Marinha sustentada em meios navais capazes de operar em ambientes contestados e exigentes, em estreita articulação com os aliados, nomeadamente no quadro da NATO.

No que respeita às capacidades destinadas à atuação no domínio marítimo, importa reforçar a sua orientação para cenários de conflito convencional de elevada intensidade, sem prejuízo das missões de segurança marítima e de apoio militar a emergências civis, assegurando níveis adequados de prontidão, disponibilidade e desempenho das unidades operacionais, bem como padrões exigentes de treino, interoperabilidade e sustentação



em operações prolongadas. Complementarmente, a credibilidade da atuação exige uma capacidade expedicionária robusta que assegure autonomia logística, reabastecimento no mar e projeção de forças.

Uma Marinha moderna e interoperável deve garantir uma dissuasão credível em todo o espectro de operações marítimas, assegurar a presença e vigilância contínuas nos espaços marítimos de interesse nacional e permitir uma resposta eficaz a um vasto conjunto de desafios de segurança e defesa.

No domínio terrestre, é indispensável assegurar uma capacidade de dissuasão credível e tecnologicamente relevante, ajustada às características do ambiente operacional contemporâneo de elevada intensidade, cada vez mais marcado pela proliferação de sensores, sistemas aéreos não tripulados, fogos de precisão, guerra eletrónica e pela crescente contestação do espaço aéreo. Este enquadramento impõe uma evolução qualitativa das forças terrestres, orientada para a integração de tecnologias emergentes e para a aquisição de novas capacidades adequadas a contextos operacionais complexos.

As forças terrestres devem constituir um instrumento militar robusto, equilibrado em termos qualitativos e quantitativos, tecnologicamente atualizado e plenamente interoperável em ambiente conjunto e combinado. Tal condição é essencial para garantir a geração de efeitos dissuasores credíveis face às ameaças aos interesses nacionais, bem como para assegurar o cumprimento consistente dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Adicionalmente, as forças terrestres devem dispor de uma capacidade permanentemente disponível de apoio militar de emergência, orientada para a resposta a crises complexas, incluindo catástrofes naturais e acidentes graves. Esta capacidade deve ser concebida numa lógica modular, multifuncional e escalável, assegurando elevada adaptabilidade às necessidades operacionais. A sua eficácia depende de uma articulação estruturada com as entidades competentes do Estado, contribuindo de forma integrada para o reforço da resiliência nacional e da capacidade de resposta a emergências.

No domínio aéreo, a defesa e o controlo do espaço aéreo assumem-se como funções estruturantes da atuação militar, constituindo simultaneamente um fator de dissuasão e uma condição essencial para a obtenção da superioridade aérea. Para além da sua dimensão operacional, estas capacidades são determinantes para assegurar a vigilância, o reconhecimento e o apoio à decisão em tempo real, num ambiente de elevada

intensidade, caracterizado por cenários dinâmicos, fluidos, de crescente complexidade e contestação.

A resposta a este contexto requer o desenvolvimento de uma Força Aérea moderna e de última geração, dotada de uma Defesa Aérea e Antimíssil integrada e robusta, suportada por sistemas modernos de vigilância, de deteção e de comando e controlo. Esta abordagem visa garantir proteção eficaz face a um espectro alargado de ameaças aéreas, assegurando simultaneamente a continuidade das operações e a resiliência do sistema de defesa.

Em paralelo, a centralidade atlântica impõe um dispositivo aéreo no qual as capacidades de vigilância e patrulhamento marítimo no Espaço Estratégico de Interesse Nacional exigem a modernização progressiva dos meios existentes e a sua adaptação aos desafios tecnológicos e operacionais contemporâneos.

A capacidade de mobilidade aérea assume, igualmente, um papel relevante na projeção e sustentação das Forças Armadas, quer a nível nacional, atenuando a descontinuidade do território, quer a nível internacional, no cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da defesa coletiva no seio da NATO, na gestão de crises no contexto da União Europeia e na promoção da paz e da estabilidade sob a égide das Nações Unidas, bem como no quadro de acordos bilaterais e multilaterais.

Numa perspetiva evolutiva, a capacidade aérea deverá consolidar-se num modelo integrado, assente na complementaridade entre plataformas tripuladas e sistemas não tripulados, reforçando a persistência, a consciência situacional e a eficácia operacional.

O desenvolvimento integrado das capacidades nos domínios espacial e ciber constitui um vetor estruturante da modernização militar contemporânea. A convergência entre

estes dois domínios representa a nova fronteira da superioridade informacional. Esta interdependência intrínseca, onde os sistemas espaciais operam sobre infraestruturas digitais e o ciberespaço depende de ativos espaciais para conectividade e vigilância, exige uma visão integrada para mitigar ameaças multidimensionais.

A capacitação nestes domínios de duplo uso deve ser promovida mediante uma convergência estratégica com o setor industrial e tecnológico. Este modelo não só reforça a resiliência da Defesa, como estimula ecossistemas de inovação e transferência de conhecimento, gerando valor estratégico para a economia nacional.

A **prontidão** operacional deve ser encarada como uma capacidade contínua, assente na geração de forças com diferentes níveis de disponibilidade, preparadas para emprego imediato e sustentadas no tempo. O treino operacional, orientado para cenários realistas, conjuntos e combinados, constitui um elemento central desta prontidão.

A superioridade operacional não resulta da soma de capacidades isoladas, mas da sua integração efetiva, garantindo forças prontas, credíveis e capazes de atuar com eficácia em qualquer cenário. Por isso, a programação das capacidades deve ser orientada não apenas por lógicas orgânicas ou setoriais, mas pela contribuição efetiva de cada investimento para a geração de efeitos operacionais conjuntos, sustentáveis e integráveis em ambiente aliado.

É nesta perspetiva que os mecanismos de investimento na defesa devem ser enquadrados: não como simples atualização de inventário ou substituição de meios, mas como instrumento para reforçar a superioridade operacional das Forças Armadas, articulando prontidão, interoperabilidade, mobilidade, proteção, sustentação e capacidade de combate nos diferentes domínios.

A superioridade militar decorre da capacidade de sincronizar efeitos nos diferentes domínios operacionais, assegurando forças prontas, credíveis e eficazes em qualquer cenário.





MM

MODERNIZAÇÃO DE CAPACIDADES

Edificação e Manutenção



A modernização de capacidades constitui um eixo crítico da eficácia e credibilidade do instrumento militar, devendo assentar numa abordagem integrada que articule, de forma coerente, a **edificação**, a sustentação e o emprego operacional. Mais do que a simples aquisição de meios, a modernização deve assegurar a respetiva **manutenção**, garantindo a sua disponibilidade efetiva, a sua relevância operacional e a sua capacidade de adaptação ao longo de todo o ciclo de vida.

A capacidade operacional resulta da coerência entre sistemas de armas, recursos humanos, treino, infraestruturas e apoio logístico. Assim, importa ultrapassar modelos centrados predominantemente na aquisição de plataformas, evoluindo para uma abordagem orientada para a prontidão sustentada, a fiabilidade dos sistemas e a previsibilidade do seu emprego operacional.

A modernização deve ser orientada por prioridades operacionais claras, decorrentes da análise de ameaças, riscos e compromissos assumidos, assegurando o reforço das capacidades críticas nos diferentes domínios operacionais. Neste enquadramento, a interoperabilidade com os aliados assume carácter estruturante, condicionando escolhas tecnológicas, doutrinárias e organizacionais e garantindo a integração eficaz em operações conjuntas e combinadas.

A LPM deve constituir o principal instrumento de concretização das prioridades definidas pela

Visão Estratégica Militar, orientando de forma coerente a edificação, a modernização e a sustentação das capacidades. Para cumprir este desígnio, a programação deve integrar, desde a origem, as dimensões de manutenção, treino, apoio logístico e infraestruturas, evitando a criação de capacidades que não possam ser sustentadas ao longo do tempo.

A credibilidade do processo de modernização dependerá da capacidade de estabelecer prioridades claras, hierarquizadas e financeiramente sustentáveis, evitando a dispersão de recursos e a fragmentação do investimento. Uma abordagem realista e disciplinada ao planeamento permitirá maximizar o retorno operacional do investimento e reduzir riscos associados à indisponibilidade ou obsolescência prematura dos sistemas.

Na prática, esta orientação deve traduzir-se em meios efetivamente disponíveis, devidamente preparados e plenamente integrados, garantindo que o investimento realizado se converta em capacidade operacional real. A eficácia da modernização dependerá, em última instância, da coerência entre meios, pessoas, sustentação e emprego.



A modernização das Forças Armadas transcende a aquisição de meios. Afirmar-se na prontidão sustentada e na fiabilidade de sistemas que, em rede e interoperáveis, convertem o investimento em capacidade operacional real e persistente.



ALIANÇAS E INTEGRAÇÃO

NATO, UE, ONU, Bilaterais e Multilaterais

No atual ambiente estratégico, a eficácia das Forças Armadas depende da sua plena integração em alianças de geometria variável ou nas suas diferentes dimensões. A cooperação internacional e a interoperabilidade com parceiros constituem, assim, condições essenciais para assegurar a relevância, a prontidão e a liberdade de ação do instrumento militar.

A **NATO** constitui o referencial para a preparação, a edificação e o emprego das Forças Armadas, sendo simultaneamente o garante último da defesa coletiva e o principal espaço de transformação militar. A participação na Aliança deve traduzir-se em contributos operacionais relevantes, assegurando elevada prontidão e plena capacidade de integração em operações conjuntas e combinadas, incluindo nos domínios emergentes do ciberespaço e do espaço.

No âmbito da **União Europeia**, a integração deve ser entendida como um instrumento complementar de geração de capacidades e de reforço da autonomia de ação militar. A participação em projetos cooperativos e mecanismos financeiros europeus deve ser orientada por critérios operacionais claros, assegurando que os resultados se traduzem em capacidades efetivas, interoperáveis e sustentáveis, numa lógica de complementaridade com a NATO e em total alinhamento com as prioridades nacionais.

A participação em missões sob a égide das **Nações Unidas** mantém relevância enquanto espaço de emprego operacional e de consolidação de experiência, reforçando a capacidade das Forças Armadas para operar em ambientes multinacionais complexos e contribuindo para a sua credibilidade externa.

A cooperação **bilateral** e **multilateral**, com particular destaque para o espaço da CPLP, deve evoluir para modelos orientados para a geração efetiva de capacidades, assentes na integração de formação, doutrina, organização, treino e liderança, reforçando a interoperabilidade, a confiança operacional e a influência estratégica.

Nesse contexto, mais do que assegurar presença, importa acrescentar valor operacional, reforçar a dissuasão coletiva e garantir que a integração internacional potencia a eficácia, a credibilidade e a autonomia do instrumento militar.

As Alianças constituem um multiplicador de força, sendo determinantes para reforçar a prontidão e a credibilidade operacional das Forças Armadas.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Visão Estratégica Militar consubstancia uma abordagem atual, multidimensional e orientada para o futuro das Forças Armadas, refletindo, de forma consistente, uma linha de continuidade estratégica, simultaneamente acompanhada por uma atualização face às dinâmicas do contexto internacional.

Mais do que uma resposta adaptativa a um ambiente de segurança cada vez mais complexo, caracterizado pela incerteza, pela aceleração tecnológica e pela crescente expressão de ameaças híbridas e transversais, esta visão afirma-se como um instrumento orientador da transformação do poder militar, articulando, de forma coerente, os vetores de desenvolvimento com as exigências operacionais e institucionais.

Neste contexto, assume particular relevância a centralidade do fator humano, materializada na valorização da condição militar, no reforço do apoio social e familiar, no investimento no sistema de saúde militar e na aposta sustentada no recrutamento e na retenção. Reconhece-se, assim, que a prontidão e a eficácia operacional assentam, em larga medida, na motivação, qualificação e bem-estar dos militares. Em paralelo, a valorização do conhecimento, do ensino superior militar e da inovação traduz a ambição de posicionar as Forças Armadas em linha com os mais elevados padrões internacionais, promovendo uma cultura de aprendizagem contínua, adaptação e excelência.

No domínio tecnológico, a integração de tecnologias emergentes e disruptivas, a par do reforço das capacidades no ciberespaço e espaço, evidencia uma orientação estratégica alinhada com as novas formas de conflitualidade, em que a superioridade informacional e a atuação em múltiplos domínios assumem um papel determinante.

Esta transformação é complementada por uma crescente atenção à resiliência, designadamente face às alterações climáticas, refletindo uma abordagem abrangente e integrada à segurança e defesa.

Ao nível operacional, evidencia-se uma lógica de equilíbrio e complementaridade entre os diferentes Ramos e domínios operacionais, assegurando a capacidade de projeção de forças, a mobilidade estratégica e a sustentação das operações, em contextos nacionais e multinacionais.

A aposta em operações conjuntas e combinadas reforça a interoperabilidade e a capacidade de resposta, constituindo um pilar essencial para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal, no âmbito das suas alianças e parcerias estratégicas.



As Forças Armadas

segundo um novo PRISMA

P

Pessoas

Condição Militar
Recrutamento
Retenção
Competências

R

**Recursos e
Sustentação**

Saúde,
Logística
Resiliência

I

**Inovação e
Tecnologia**

Tecnologias Emergentes
Ciberespaço
Espaço

S

**Superioridade
Operacional**

Prontidão
Emprego
Multidomínio

M

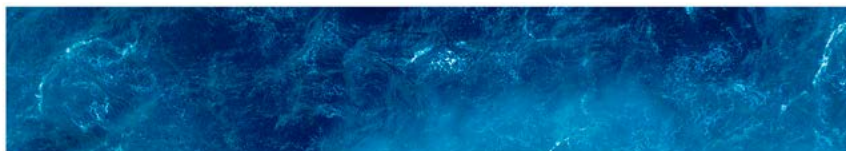
**Modernização
de Capacidades**

Edificação
Manutenção

A

**Alianças e
Integração**

NATO
UE
ONU
Bilaterais
Multilaterais



FORÇAS ARMADAS
PORTUGAL

Estado-Maior-General das Forças Armadas

www.emgfa.pt